

VAMOS À GUERRA! AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA DA CISPLATINA NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO (1825-1828)

Frederico Castilho Tomé¹

Não é de hoje que ecoam os anúncios de um revigoramento do Político. Desde os oitenta do século passado rumores dão conta da retomada da História do Acontecimento, posta em segundo plano durante décadas em favor dos preceitos econômicos e estruturalistas que menosprezavam as contingências e as ações humanas como “dimensões significativas da interpretação histórica”². Contudo, a queda do socialismo real e o desgaste das interpretações teleológicas e estruturais deram novo alento às pesquisas que privilegiam as análises políticas, submetidas agora a interrogações e temáticas inovadoras.

Na América Ibérica, esse fenômeno ocorreu concomitantemente ao desmonte das ditaduras militares e à reconstrução democrática das instituições. Assim, ao passo das “experimentações” e renovações no campo da História Política surgiram investigações, instigadas pelos problemas do presente, que tinham por objeto principal a temática cidadã, aqui entendida como maneira pela qual os indivíduos se relacionam com o Estado, no exercício dos direitos e no cumprimento de deveres cívicos.³

Na verdade, uma renovação na historiografia ibero-americana já aparece por volta da década de 1960, quando um marxismo não dogmático, somado aos aportes teóricos dos *Annales*, fundou bases para os estudos econômicos e sociais que dominaram, pelo menos em termos quantitativos, as produções nos vinte anos subsequentes. Data também dos sessenta um pensamento dito pós-estrutural, nascido nos questionamentos radicais que culminaram nas revoltas antissistêmicas de fins da década.⁴ Negando o realismo, ou seja, a verdade totalizadora, tal corrente enxergava na linguagem e no discurso o local de construção das possíveis realidades, baseando-se nas ideias de Michel Foucault e Roland

¹ Doutorando do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC/UnB.

² SÁBATO, Hilda. In PALACIOS, Guillermo. (Org.) *Ensayos sobre la nueva historia política de América Latina, siglo XIX*. México, D.F: Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007, 1ª ed.

³ CARVALHO, José Murilo. Cidadania, tipos e percurso. In *Estudos Históricos: Justiça e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 9, nº 18, 1996.

⁴ MALERBA, Jurandir. *La historia em América Latina: Ensayo de crítica historiográfica*. Rosário; Ed. Prohistoria, 2010, 1ª ed. O autor também enfatiza o peso da Teoria da Dependência e da consolidação dos centros de pós-graduação na referida renovação.

Barthes. Novos temas então foram trazidos ao debate, como a história das mulheres, dos negros, dos grupos étnicos, entre outros, marcando assim uma pulverização dos sujeitos dos discursos históricos. E a proliferação de trabalhos que utilizavam essas novas abordagens foi dando vigor a outras novas propostas do pensar e do fazer a História.

Dois campos – o Cultural e o Político – foram beneficiados com a evolução do marxismo não dogmático e do pós-estruturalismo na América Ibérica, e de um certo entrelaçamento entre eles, justamente no contexto político agitado dos anos 80. No primeiro caso, a proximidade com a Antropologia criou espaços para os estudos das mentalidades, do cotidiano, da vida privada e do poder nas relações de gênero. Já no segundo, ganharam destaque os trabalhos sobre os regimes populistas, bem como os referentes à construção do Estado e da Nação, sendo que esse último constitui um dos temas de História Política onde a historiografia latino-americana mais apresenta relevo.

Nesta perspectiva, cabe aqui também salientar a renovação de uma Nova História Militar, agora não somente associada às batalhas e aos comandantes. Vinculada a uma História Antropológica, as pesquisas atuais voltadas às forças dão espaço em seus questionamentos à temática cidadã. Neste caso, duas linhas de pesquisa se coadunam, relacionadas aos projetos autonomistas e emancipacionistas do Brasil e à Guerra da Cisplatina, na perspectiva de maior delineamento da propositura basilar.

Primeiramente, cabe indicar o que chamamos de Guerra da Cisplatina. Há aqueles que ponderam sobre sua existência apenas entre 1825 a 1828, momento de confronto bélico desgastante. Outros se remetem à invasão de Colônia de Sacramento pelos espanhóis, em 1680. Contudo, aqui, concordaremos com Gabriel Aladrén, que aponta existir Guerras Cisplatinas, ocorridas entre 1811 a 1828⁵. Também se faz necessário mostrar a relevância de buscar as representações dos primórdios dessas Guerras no *Correio Braziliense*. Este jornal era o ponto nodal de uma rede de solidariedades intelectuais, políticas e mercantis, dando destaque principalmente às ideias liberais que defendia.

Em uma análise comparativa entre os liberalismos professados poderá fornecer elementos para a percepção do impacto da emancipação e da projeção de poder sobre os indivíduos. Dessa forma, assumem posição de destaque os textos de Mariano Moreno e

⁵ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro; FGV, 2009, pg. 18.

Hipólito da Costa. Esse último, um homem de letras nascido em Colônia de Sacramento e desde 1805 radicado em Londres, leitor e admirador de Edmund Burke, pertencente ao grupo defensor de uma remodelação do Império português, defendia abertamente em seu *Correio Braziliense* a ampliação da autonomia da colônia, sem contudo enxergar positivamente a ruptura com a metrópole até o momento das Cortes. Já Moreno, homem de ação, advogado e expoente jacobino da Junta erigida com a Revolução de Maio, deixou em seus escritos, não numerosos em função de seu falecimento prematuro em 1811, um leque de argumentos em favor das liberdades tidas por muitos como “radicais”.⁶

Assim, a guerra travada entre as Províncias Unidas e o Brasil pela posse da Cisplatina, ou Banda Oriental, zona litigiosa desde o século XVIII, também apresenta seu quinhão de possibilidades de inquirição, já que provocou impactos na vida política das áreas envolvidas, não somente na Corte e em Buenos Aires, mas principalmente no Rio Grande e no litoral das Províncias Unidas. E a história regional dessas localidades, também atingida pela renovação do Político, já aponta para novos horizontes investigativos. Porém, aqui, cabe indagarmos sobre as origens da Guerra de Cisplatina e sobre as representações deste conflito nos papéis da época, principalmente no *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa.

Considerando que o processo de independência da América Ibérica tivera início em 1808, há que salientar que sua viabilidade só fora possível em razão das contradições do sistema colonial. A estagnação econômica nas metrópoles contrastava com o desenvolvimento de suas colônias. Além disso, a dinâmica capitalista, fruto de uma incipiente revolução industrial, defendia o liberalismo econômico como forma de suplantar os entraves comerciais impostos ainda na fase inicial de consolidação da organização colonial, periodicamente aperfeiçoados para o benefício das metrópoles.

Essas contradições e a instabilidade política europeia proporcionaram o aparecimento de um cenário propício para a reestruturação do espaço político americano. De acordo com Emilia Viotti da Costa, o movimento da Independência no Brasil foi um fenômeno que se inseriu “dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de

⁶ Sobre homens de letra e homens de ação no processo de emancipação da América Ibérica, ver ALTAMIRANDO, Carlos. *Historia de los Intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Ed. Katz, 2008, 1ª Ed.

outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucederam na Europa e na América desde os fins do século XVIII”⁷.

No mesmo sentido, David Bushnell afirma que a “crise da monarquia espanhola em 1808, que deixou a nação sem nenhum governo cuja legitimidade fosse aceita unanimemente, acelerou bastante o avanço das forças que já atuavam na época e que acabaram por ocasionar a separação das colônias continentais da Espanha”⁸. Também é importante notar que a inquietação política ibero-americana não se encerrou em 1822. Os países organizados a partir do esfacelamento do sistema colonial ibérico necessitavam de uma delimitação mais exata, só alcançada no decorrer das seguintes décadas.

O que se pode verificar durante este lapso é que o aparecimento de núcleos políticos autônomos surgiu do embate dos diversos projetos existentes. A volubilidade política criou um campo favorável para que as alternativas fossem discutidas e defendidas, tanto no Brasil quanto nas ex-colônias espanholas. Afirmar, por exemplo, que a manutenção da unidade territorial no Brasil – em contradição com a fragmentação “anárquica” das demais regiões ibero-americanas – deriva do caráter passivo de sua população e de sua já consolidada identidade nacional é concordar com uma análise histórica simplista.

No Brasil, entidades distintas como o Estado e a Nação foram moldadas a partir de 1808 e, embora tenham alcançado maturação em tempos diversos, faziam parte de um projeto de autonomia gestado dentro da esfera do Império Português⁹. E a elaboração desse “Império do Brasil”, tal qual outros projetos, possuía defensores e detratores. Assim, foi um conjunto de interesses – reconhecimento externo, manutenção do sistema escravista, submissão das áreas sublevadas e controle sobre a instabilidade social, dentre outros – que permitiu que o quadro difuso de capitânias portuguesas na América formasse a unidade brasileira.

Analogicamente, não se pode atribuir somente à acefalia metropolitana a fatalista fragmentação territorial de suas colônias americanas. As Juntas de Governo surgiram nos centros das divisões geográficas e políticas do sistema colonial espanhol, ou seja, nos vice-

⁷ COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 66-67.

⁸ BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina: da independência a 1870*. Vol. III. São Paulo: Edusp, 2001, p. 119.

⁹ GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Revista Diálogos*. Vol 05. Maringá: Eduem, 2001.

reinados e nas capitanias gerais. Posteriormente, estes centros não foram reconhecidos como herdeiros legítimos da soberania, ou pelos realistas ou por projetos autônomos alternativos¹⁰.

Caso típico foi o do Vice-Reinado do Prata. A Junta criada em Buenos Aires em 1810, mesmo em nome do Rei, provocou reações de elites regionais que deram início a uma guerra civil que, impossibilitando a evolução do fenômeno nacional, gerou a formação de países distintos. Nas palavras de Oscar Oszlak, a origem “essencialmente local do movimento de independência, e sua clara associação com os interesses de Buenos Aires, resultava em um obstáculo para conseguir a adesão subordinada dos povos do interior ao novo esquema de dominação que se propunha”. De fato, prossegue Oszlak, Buenos Aires se constituiu em capital da organização política surgida do movimento revolucionário e, como tal, na verdadeira “nação”. Não obstante, os diversos órgãos políticos e projetos constitucionais ensaiados nas duas primeiras décadas de vida independente foram ineficazes para afastar as tendências de secessão e a pulverização dos centros de poder que se localizavam nas velhas cidades coloniais do interior.¹¹

Em resumo, a agitação política do referido período, retrato claro da crise do Antigo Regime, foi palco para o confronto das várias alternativas que se apresentaram como soluções viáveis à instabilidade. Os autores desses projetos tentavam entrelaçar ideologicamente a formação dos futuros Estados autônomos a uma identidade, regional ou nacional, como forma de justificar suas proposições.

É possível apontar a pluralidade no processo de independência por meio dos diversos projetos. Alguns indicavam um sentido de continentalidade, outros reproduziam os interesses específicos de determinados grupos. Dessa forma, os primeiros anos do século XIX fomentaram um debate de ideias em torno das diversas propostas que surgiam. Liberais, conservadores e revolucionários, dentre outros, buscavam divulgar suas propostas. Formaram-se então redes de solidariedade e de intercâmbio de informações entre os ativistas políticos americanos.

¹⁰ LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 486.

¹¹ OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado Argentino: Orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Ariel, 2004, p. 46-47.

Da constituição inicial em Londres de grupos de “homens de letras”, militares, jornalistas e outros das mais variadas profissões que buscavam uma maior interação entre si, consolidou-se uma ideia de *Causa Americana*. Mas estes homens não somente habitavam a mesma cidade ou frequentavam os mesmos lugares. Havia um elo que concentrava estas pessoas em um círculo de articulação.

Ou seja, os partidários da *Causa Americana* mantinham estreitas relações sociais por intermédio de redes de informação. Deste modo, a principal instituição que poderia proporcionar tal ligação e organização entre estes ativistas americanos era a maçonaria. As lojas maçônicas, ao mesmo tempo local de discussões e elaborações políticas, assumiam um caráter aglutinador, onde seus membros teriam um contato efetivo, possibilitando uma troca de opiniões sobre o momento político do continente americano. A maçonaria então era um centro de agrupamento e de divulgação.

Entretanto, as lojas maçônicas agiam estritamente em campo privado. De fato, os grupos maçônicos foram fundamentais para a estruturação ideológica dos projetos emancipacionistas. Em um ambiente absolutista como o ibérico, onde a teatralidade da Corte impedia que determinadas posturas fossem adotadas publicamente, as sociedades secretas atuavam também como agremiações políticas. Porém, o círculo maçônico estava restrito apenas aos iniciados. Os estudos e projetos elaborados nas sociedades secretas somente eram apreciados por um número limitado de pessoas.

Havia uma necessidade de ampliar o campo de atuação desses ativistas, restrito ainda a um espaço privado. Com o objetivo doutrinador e não menos cooptador em favor da *Causa*, seus partidários passaram a difundir seus ideais por meio de periódicos, espaços públicos de debates políticos. Destinados a um grupo mais abrangente que o círculo maçônico, eles serviam também para convocar um maior contingente para a *Causa Americana*. Eram distribuídos em várias localidades e propagaram suas mensagens por meio de seus inúmeros leitores.

Por essa razão, a imprensa, de uma forma geral, e os periódicos “revolucionários”, mais especificamente, assumiram um destacado papel no movimento de independência da América Ibérica. Divulgaram discursos, se ofereceram à doutrinação e se apresentaram como espaço válido para a exposição de ideias. Além disso, instigaram o debate sobre os

projetos de autonomia das antigas colônias, colocando sempre em evidência a *Causa Americana*. E, dentro do entendimento de *imprensa*, destaca-se o *Correio Braziliense*.

A abordagem temática do *Correio Braziliense*, até à edição final, foi sempre diversificada. Os assuntos que estavam de certa forma relacionados com o Brasil, e por consequência com o Império Português, ganhavam as páginas do periódico com relativa frequência. E dentre eles, as revoluções na América tinham um destaque especial. Não somente por sua proximidade com os interesses do *Governo do Brasil* mas, segundo afirmou o editor dessa gazeta, além do “nosso periódico se destinar mui particularmente àquela parte do Globo, a América, na verdade, oferece agora ao filósofo e ao político o mais importante ponto de vista do que outro nenhum país do mundo”.¹²

Já no primeiro volume, no artigo “Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil”, Hipólito da Costa demonstrava preocupação com a tendência expansionista da Família Real portuguesa, recém chegada às terras americanas:

Nestes termos [abdicação de Carlos IV e prisão de Fernando VII] não hesito em declarar a minha opinião de que, o Príncipe do Brazil, que, por parte de Sua Mulher, he o único herdeiro legitimo da Monarchia Hespanhola, deve apossar-se de tudo o que lhe ficar ao capto; antes que o inimigo commum [franceses] tome medidas convenientes, para se affirmar por tal maneira, no throno de Hespanha, que até as Colonias lhe não escapem. [...] He logo evidente, que unindo-se as forças de S. M. Britannica com as do Príncipe do Brazil, tem todo o direito, e he muito natural que consigam, desmembrar as Colonias Hespanholas de Sua antiga Metropole.

Naõ entrarei aqui na discussaõ dos limites, que deve ter o Imperio do Brazil, e até que ponto o Príncipe Regente poderia com prudencia usar dos direitos, que tem ao todo das Colonias de Hespanha; porém he evidente, que se o Governo do Brazil intentasse agora a total conquista de todas as Colonias Hespanholas, ainda quando tivesse meios de o fazer, seria expor-se a lançar no esquecimento a administracção interior dos seus Estados do Brazil, que são taõ susceptiveis de melhoramento, quanto tem sido ate agora desattentados.

[...] As vantagens porém, que o Povo do Brazil pode, e tem direito de esperar, de ter la o seu Governo, seriam nullas, ou ao menos summamente diminutas, se o Soberano emprehesse agora tomar posse à força d'armas, de todo o Territorio

¹² *Correio Braziliense*, nº VII, de 10/1811, p. 562. A partir de agora, *CB*.

Americano, aque tem direito por parte da Princeza Sua Mulher.¹³

Talvez por se tratar do primeiro número do periódico, o jornalista não tenha expressado todo seu descontentamento com o projeto de anexação territorial da Coroa Portuguesa. Em novembro do mesmo ano, Hipólito declarou que a representação feita pela Princesa Carlota Joaquina a Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal para que lhe desse auxílio na tentativa de recobrar os seus direitos sobre o trono espanhol, e conseqüentemente sobre suas colônias americanas, não apenas era “justa, mas digna de muito louvor”.¹⁴

Entretanto, não parecia concordar muito com esse projeto, já que para ele a acefalia do trono espanhol criava condições para a retroversão do poder:

Voltando os olhos desta desgraçada Europa para um Continente mais feliz nos permitirá o leitor, que lhe chamemos a atenção para a representação da Cidade de Vera Cruz, e reporta do Vice Rey de Mexico ¿Que importantes acontecimentos para o Mundo não prognosticam aquelles papeis? Nada menos que a separação daquella riquíssima colonia de sua Metropole; porquanto ali declara a Junta, convocada pelo Vice Rey, que não ebedeceraõ a outra Junta alguma, que não seja legitimamente nomeada por Fernando VII: este, ou por força, ou por vontade não somente renunciou sua authoridade, mas, entregando-se nas mãos de seus inimigos, se poz em estado de nunca mais a exercitar; (ou nós nos enganamos no character do tyranno, que o tem em prisaõ.) He logo evidente que, não sendo possivel haver um Governo nomeado por elle, os Mexicanos se veraõ obrigados para manter a sua declaraçaõ, a estabelecer um govono seu, ao menos provisoriamente; e exaqui os rudimentos de um novo Governo, de um novo Estado, e de um novo Imperio, que pela sua situaçaõ, e immediata proximidade do oceano Atlantico e mar Pacifico, e pela posse do importantissimo estreito de Panama, deve commandar a navegaçaõ e Comercio das quatro partes do Mundo.¹⁵

No mesmo artigo, Hipólito afirmou que a Junta formada no México não teria vida longa, pois tanto o Vice-Rei que a convocou quanto seus demais membros obtiveram o seu

¹³ *CB*, nº I, de 06/1808, p. 63-65.

¹⁴ *CB*, nº I, de 11/1808, p. 532.

¹⁵ *CB*, nº I, de 12/1808, p. 648-649.

poder do soberano. Dessa forma, estando Fernando VII na prisão, a autoridade conferida a essa Junta de Governo seria nula. E, nesse “estado de anarquia, o Cabildo, que é a corporação composta dos representantes do Povo, vem a ser a única autoridade legítima”.¹⁶ A falta de um governo legítimo era a razão da anarquia:

Do Rio da prata se diz alguma cousa, posto que não com tanta clareza, quanta seria necessaria; mas fazem menção de que Montevideo recusa obedecer a Buenos Aires; o que he um desgraçado signal da falta de um governo commum, a quem ambos obedçam. Na verdade he bem para recêar, que, faltando de repente o Governo legitimo da Hespanha, as Colonias Hespanholas, na America, caiam em uma fatal anarchia.¹⁷

Hipólito da Costa estava persuadido de que a separação total da América, pelo que respeita à Europa, era um acontecimento que impreterivelmente deveria acontecer mais mês ou menos mês, mas que dado os poucos conhecimentos políticos que há naqueles “países” da América, darão aos que tem por si a força física uma preponderância e influência verdadeiramente temível.¹⁸ O jornalista receava que o processo de independência das colônias espanholas se transformasse em uma guerra civil generalizada e que houvesse um abundante derramamento de sangue. E mais, lhe preocupava os papéis assumidos pela Inglaterra e pelo Brasil neste cenário obscuro:

Agora ¿que parte deve tomar a Inglaterra nesta disputa: para ficar amada do partido vencedor, no fim da contenda? Mas não he só ao Governo Inglez, quem compete o obrar com circumspeção, e vistas do futuro. O Governo do Brazil tem nisto o mais immediato interesse. He agora que se podem lançar os fundamentos a uma solida amizade entre naçoens vizinhas; ou, se seguirem uma politica contraria; fomentar uma inimidade, que pode, com o andar dos tempos, produzir mui funestas consequencias. Praza a Deus que a saã politica, e não os prejuizos, conduza agora o Gabinete do Brazil.¹⁹

Para ele, o *Governo do Brasil* deveria assumir uma neutralidade e esperar a definição sobre a ruptura do sistema colonial espanhol. As pretensões do Império do Brasil

¹⁶ CB, nº I, de 12/1808, p. 649.

¹⁷ CB, nº II, de 02/1809, p. 177.

¹⁸ CB, nº III, de 07/1809, p. 108.

¹⁹ CB, nº III, de 09/1809, p. 339.

sobre a América, consubstanciadas na figura da Princesa, foram aos poucos sendo combatidas no *Correio Braziliense*. Em fevereiro de 1810 Hipólito da Costa publicou, em seu periódico, notícias sobre uma insurreição ocorrida em La Paz sete meses antes. Nesse levante, onde se ouvia exclamações em favor de Fernando VII, foram defenestrados o governador, o arcebispo e outras pessoas em alta autoridade porque eram suspeitos da tentativa de transferir a soberania desses “países” à Princesa do Brasil.²⁰

Em setembro do mesmo ano, reproduziu uma carta da Junta de Buenos Aires ao Cabildo de Montevidéu assinada por Cornélio de Saavedra, Manuel Belgrano, Manuel de Alberdi e Mariano Moreno, entre outros, a qual expõe os sérios males da possível proclamação da Princesa do Brasil como Regente do Reino.²¹ E em setembro de 1811, fazendo considerações sobre o Rio da Prata, anuncia que o governador do Paraguai, ao reconhecer Carlota Joaquina como Regente e herdeira de Fernando VII, foi deposto pelos habitantes da cidade de Assunção.²² As tintas do gazeteiro, no mesmo mês, demonstraram abertamente sua oposição a esse projeto:

O momento de negociar a favor dos direitos da princeza passou; e se deixou passar por uma intriga de individuos, intriga que ainda não desesperamos de ver publica à luz do dia: e a ingerencia do Governo do Brazil nos negocios internos das colonias Hespanholas pòde ser fatal a muita gente; ao mesmo tempo que ésta éra a occasiaõ mais favoravel de negociar a precisa declaraçaõ de limites entre o Brazil e os territorios Hespanhoes, que se acham agora em grande confusaõ, e que necessariamente haõ de ser motivo de discordia entre as duas naçoens.²³

Em mais de uma oportunidade, Hipólito da Costa deixou clara sua opinião de que o futuro da América Meridional era a independência:

Esta parte do Mundo continúa a mostrar o mais interessante aspecto, quer se considere a sua independência da Metròpole Europea em um ponto de vista philosophico, quer n’um ponto de vista politico.

²⁰ CB, nº IV, de 02/1810, p. 190.

²¹ CB, nº V, de 09/1810, p. 322.

²² CB, nº VII, de 09/1811, p. 388.

²³ CB, nº VII, de 09/1811, p. 390.

A impossibilidade de governar bem provincias taõ distantes, e taõ extensas, como saõ as da America do Sul, relativamente á Metropole na Europa, he uma verdade que tem sido reconhecida em todos os tempos; e olhando para o pessimo systema de Governo que a Hespanha adoptou para as suas colonias, que naõ éra nem mais nem menos do que um despotismo militar; a admiraçaõ he que as ligaçoens entre a Metropole, e as colonias, pudessem existir até agora.

[...] A independencia das colonias, necessaria, e inevitavel, naõ podia ser feita se naõ por um de dous modos; ou por consentimento, e acordo do Governo da Metropole, ou por uma rebeliaõ das colonias; As circumstancias actuaes da Europa, porém, produziram este resultado por uma terceira hypothese, que foi a annihilaçaõ do Governo Metropolitano, o que, por uma consequencia espontanea, tornou as Americas emancipadas; bem como o filho familias pela morte de seu pay se acha raturalmente sui juris.²⁴

Dois pontos importantes considerados por Hipólito da Costa estão ressaltados nessa passagem. Primeiramente, ele afirma que a América Espanhola apresenta ao mundo novos aspectos em razão de sua situação. De fato, os olhares mais atentos estavam voltados para essa parte do mundo. A independência das treze colônias inglesas já havia demonstrado a fragilidade do sistema colonial no período de franca decadência do Antigo Regime. A industrialização dos reinos do norte europeu, em especial na Inglaterra, pressionava pelo fim dos monopólios comerciais que haviam transformado os países ibéricos em meros entrepostos. E tal qual os Estados Unidos, as colônias ibero-americanas eram um terreno fértil para as idéias iluministas. Mais do que isso:

Este [...] vasto paiz, que os Geographos comprehendem debaixo desta denominaçaõ, vai a ser o teatro de uma scena, nova em seu genero, na historia do Mundo, porque se a descoberta da America, pelos Europeos, foi a origem de uma revoluçaõ considerabilissima nos systemas de todos os povos do Globo; naõ he menos digno da mais séria attençaõ, o vêr a mais extensa parte da America, depois de haver sido povoada pela Europa, reduzida agora ao estado de independencia natural, faltando-lhe de um golpe o Governo legitimo, a que estavam sujeitos os seus habitantes.²⁵

²⁴ CB, nº V, de 09/1810, p. 352-354.

²⁵ CB, nº IV, de 05/1810, p. 305.

Hipólito também não considerava a América como um corpo político único. O “vasto país” de 1810 e o “país que deve ser, e tem que ser em breve tempo politicamente independente” de 1811 contrasta com “aqueles países” (as colônias espanholas) assolados pela guerra civil em 1812.²⁶ Ora “províncias”, ora “colônias”, as áreas americanas foram progressivamente ganhando *status* de unidades autônomas no *Correio Braziliense*. O termo *América* englobava inicialmente todo o continente, tendo por subtítulos *Brazil, Rio da Prata, Estados Unidos, México, Buenos Aires e Caracas*.

Após certa indecisão, essa definição geral deu lugar a tópicos próprios: *Brazil* e posteriormente *Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, Estados Unidos e América Espanhola*, que também chegou a aparecer como *América Meridional* ou *Colônias Espanholas*. Em alguns volumes e definitivamente nos últimos cinco números do *Correio Braziliense*, as diversas regiões de colonização espanhola figuraram separadamente.

E por fim, o jornalista acreditava que, muito embora as lutas pela independência tenham sido possibilitadas por causas externas – a invasão francesa ao território espanhol, a prisão de Fernando VII e a conseqüente acefalia do trono – as revoluções na América Espanhola, “necessárias, inevitáveis e irremediáveis”, eram fruto do terrível sistema desigual que subtraía das colônias as riquezas que mantinham a opulência e o desmando na metrópole.

Aqui cabe ressaltar que Hipólito da Costa fazia essa mesma referência ao Brasil. Por anos, a América Portuguesa foi tratada como conquista e já não suportava o peso do Império. Mas ao contrário da Espanha, Portugal manteve a soberania de seu reino, transportando sua sede para o Rio de Janeiro. E para evitar que os espíritos animados e revoltosos contaminassem os territórios portugueses da América, Hipólito aconselhava a adoção de reformas profundas na estrutura do Império Português.

Hipólito da Costa sempre foi um entusiasta da *Causa Americana*, embora não o usasse freqüentemente. Aparece no *Correio Braziliense* somente em 1822. Em abril de 1809 o jornalista reproduziu no periódico “londrino” um artigo originário da *Review de Edinburgo* (sic) intitulado “Emancipação da América Espanhola”, do qual fez a seguinte observação:

²⁶ *CB*, nº VI, de 06/1811, pág. 708 e *CB*, nº IX, de 10/1812, p. 670.

O longo artigo sobre a independencia da America Hespanhola, que principiei no N. 11, continuei no N. 12, e finalizo neste, lhe descobrirá um facto de que elles nem talvez tivessem ideia; isto he, que há um plano de longo tempo meditado, e que por varias vezes tem estado ao ponto de executar-se; e agora por circunstancias accidentaes, se acha adormecido; para dar a liberdade a America Hespanhola.²⁷

O texto, escrito por um “cidadão britânico”, foi atribuído ao esforço propagandista que Francisco de Miranda destinava à *Causa Americana*.²⁸ Aliás, a presença do caraquenho era uma constante no *Correio Braziliense*. Seu nome aparece pela primeira vez no número inaugural do periódico, quando Hipólito afirma que o General Miranda teria, sem dúvida, sido feliz na sua expedição de Caracas em 1806 se lhe consentissem escrever nas suas bandeiras a palavra Independência.²⁹ Outras tantas vezes o jornalista teceu comentários, sempre elogiosos, ao “Precursor”:

O General Miranda um natural de Caracas, residente em Londres, assim obrava, quando em Hespanha, mesmo alguns dos que agora figuram com a Juncta, estavam em Madrid acclamando rey de Hespanha e das Indias a Jozé Bonaparte. [...] Como este sugeito continua ainda a ser em Londres o advogado dos Hispano-Americanos, he de esperar, que na crise actual sejaõ naõ so efficazes, mas summamente importantes, os serviços que elle fará ao seu paiz: a pezar da imbeciliade daquelles que tinham mais obrigaçaõ, e meios de se aproveitar das circunstancias.³⁰

Hipólito atuou não somente como “homem de letra” na *Causa Americana*. Mecenas Dourado atesta, sem precisar a data, que ele agenciou a aquisição de armas, munições e mercenários na Inglaterra para os revolucionários da Colômbia, Chile, etc.³¹ Além disso, há no arquivo pessoal de Miranda pelo menos três cartas enviadas por Hipólito, indício de seu envolvimento com as lutas de emancipação da América Ibérica. E mesmo após a morte do líder caraquenho, o periodista continuou atuando na *Causa* e mantendo relações estreitas com seus mais importantes atores, como por exemplo Francisco Zéa, que antes de se tornar

²⁷ *CB*, nº II, de 06/1809, p. 639-640.

²⁸ LEÓN, op. cit., p. 68.

²⁹ *CB*, nº I, de 06/1808, p. 63.

³⁰ *CB*, nº III, de 10/1809, p. 426.

³¹ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 114-115.

o vice-presidente da Grã-Colômbia no Departamento da Venezuela e ministro plenipotenciário desta república na Inglaterra, havia sido editor do *Correo Del Orinoco*.³²

A criação de Juntas de Governo na América Espanhola animava o jornalista, que periodicamente reportava notícias:

Temos porém mil fortes e positivas razões, fundadas em documentos, que possuímos, e que serão publicados em tempo oportuno, para julgar, que a independência da província de Caracas, não he senão o estabelecimento de uma Junta Provincial composta de pessoas, nomeadas pelos povos; e feita á imitação das mais junctas, que formalizáram as outras províncias da Hespanha na Europa, a fim de ter alguma forma de Governo legal, que dirija os negocios publicos até que o seu legitimo Soberano adquira a sua liberdade; ou, no caso que elle se não possa mais libertar, até que a nação reconheça um Soberano, ou estabeleça uma forma de Governo permanente.³³

Hipólito não via legitimidade na submissão das províncias americanas às Juntas surgidas na Espanha e acreditava que os laços coloniais não mais seriam atados, pois mesmo que Fernando VII voltasse e tomasse posse de seu legitimo poder, as Juntas americanas constituiriam para os colonos leis que os protegeriam contra os abusos das pessoas em autoridade.³⁴ E foi com satisfação que o periodista constatou que a determinação da independência não se limitava à província da Venezuela, quando muitas províncias da América Espanhola já se uniam à Caracas.³⁵

Mas nesse processo, várias coisas preocupavam Hipólito. Primeiro, um recrudescimento por parte das Juntas metropolitanas. Segundo, a explosão de uma guerra civil. Terceiro, o projeto de expansão territorial do Império do Brasil, principalmente direcionado para a região do Rio da Prata. E de certa forma todos esses temores estavam relacionados.

O início do século XIX é extremamente conturbado. Os movimentos militares na Europa, longe de criar uma instabilidade nas colônias espanholas, apenas aceleraram um processo que muitos, como o Abade Raynal, viam como previsível. Algumas revoltas americanas – Túpac Amaru no Peru e Comuneros na Colômbia – apresentavam sinais

³² Ibidem., p. 116.

³³ CB, nº V, de 06/1810, p. 663.

³⁴ CB, nº VI, de 07/1810, p. 119.

³⁵ CB, nº VI, de 07/1810, p. 119.

claros de profundos conflitos nestas sociedades, acalentados pelas reformas borbônicas. E mesmo antes de 1808, já havia um movimento pró-independência, capitaneado principalmente por Francisco de Miranda.

Esse ativista da *Causa Americana* tentava convencer os governos de todos os países pelos quais passou da viabilidade da emancipação de grande parte do novo continente. Em 1806, com o auxílio de mercenários ingleses, não obteve sucesso na sua malograda expedição militar à Venezuela. De volta a Londres, deu prosseguimento à sua atividade propagandista em favor da independência da América espanhola. Quando as tropas napoleônicas invadiram a Península Ibérica, os partidários da *Causa* foram mais enfáticos em suas ações. Mas encontraram resistências, tanto no continente americano quanto na metrópole. Na ausência do Rei, deu-se início na Espanha uma reação contra a presença francesa e uma sistemática negação à coroação de José Bonaparte – irmão do “ditador galo” – como cabeça do reino espanhol.

Instaurou-se então Juntas Governativas em várias cidades espanholas, transformadas depois em uma Junta Central. Essas Juntas, em nome de Fernando VII, reivindicaram a soberania do reino e sobre todas as suas possessões. As colônias americanas, não aceitando essa submissão, proclamaram suas próprias Juntas Governativas que, também em nome do rei deposto, reclamavam direitos análogos aos dos metropolitanos. Esse impasse, ponto de controvérsias entre as unidades do Império espanhol, foi amplamente discutido no *Correio Braziliense*.

Para Hipólito da Costa, a origem do poder repousava nos povos que, por meio das Cortes, o exerciam com legitimidade. Devido à operacionalidade executiva, essa incumbência foi passada ao monarca, conquanto que os povos guardassem ainda o poder. Na falta do rei, o que de fato ocorreu na Espanha, a estrutura colonial cairia por terra, já que as colônias americanas teriam a primazia do poder.

Em um primeiro instante, a palavra *independência* foi evitada nas proclamações das Juntas Governativas coloniais. Todas davam vivas ao soberano e, em repetidos pronunciamentos, declaravam o desejo de tê-lo novamente como monarca. Mas a metrópole, ou a parte que ainda se julgava livre, não reconheceu as Juntas coloniais e, insistentemente, tentava submetê-las a um controle central que nem mesmo existia na

Espanha. E essa discordância, segundo Hipólito, daria vazão aos intentos de ruptura completa:

[...] se porém a Regencia de Cadiz, em vez de conciliar os seus interesses com ésta Juncta de Buenos-Ayres, procurar irritalla com decretos insultantes, e inefficazes, a consequencia será que os Americanos do Rio-da-Prata romperão esses mesmos laços que ainda agora querem conservar com a Metrópole, e a independencia será completa.³⁶

No mês seguinte, em suas *Reflexões sobre as Novidades do Mês*, o jornalista afirmou que a Regência de Cádiz não tinha a mínima condição de declarar rebelde a província de Caracas e as ameaças de bloqueio eram pífias, pois ela não possuía marinha de guerra suficiente para proteger a si mesma. E a resposta de Caracas a essas intimidações, motivada pela vingança, seria certamente a declaração de independência.

Mas a oposição à autonomia colonial não partiu apenas da metrópole. As Juntas coloniais sofreram uma reação também em seu próprio território. Forças realistas, não somente fiéis a Fernando VII, mas também à resistência espanhola, não reconheceram tais Juntas em várias regiões: Montevidéu, Córdoba, Corrientes, Entre Rios, Peru e Bolívia. No caso mexicano, a revolução popular comandada por José Hidalgo e posteriormente por Morelos foi amplamente combatida por forças conservadoras que temiam a ascensão das castas.

Entretanto, foi no Rio da Prata que o choque de interesses foi mais visível. Algumas áreas desse vice-reinado relutavam em aceitar a centralização regional sob o comando de Buenos Aires. E a indefinição no Rio da Prata deu origem a uma guerra civil com repercussões no Brasil que Hipólito da Costa, ainda em 1810, chegou a prever:

A guerra civil, que nós sempre tememos na America Hespanhola, está effectivamente começada. A expedição, que sahio de Buenos Ayres contra o partido de Linieres, succedeo em prendello, e reduzio Cordova à obediencia da capital: este vencimento abre inteiramente a communicação, entre Buenos Ayres, e a costa do Peru; he mui natural de suppor. Que as ropas mandadas a esta expedição, quando se recolherem, passem a attacar o territorio de Monte Video, cujo Governador se mantem na resolução de naõ obececer ao Governo de

³⁶ CB, n° V, de 09/1810, p. 335.

Buenos-Ayres. Esta operação trará a guerra para junto das fronteiras do Brasil, por esta parte.³⁷

A instabilidade no sul da América foi pretexto, segundo Hipólito, para projeto expansionista encabeçado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, já honrado com o título de Conde de Linhares. O ministro da Corte Portuguesa tencionava anexar o território que deixou de pertencer ao Brasil nos termos do Tratado de Santo Idelfonso, assinado com a Espanha em 1777. E Hipólito conhecia bem os problemas da região. Em 1778, então com quatro anos, sua família foi obrigada a se retirar da Colônia de Sacramento, lá deixando vários bens imóveis, para se estabelecer em Pelotas.³⁸ E embora reconhecesse como fronteira natural do Brasil o Rio da Prata, desaprovava o avanço militar do Brasil sobre a região, já em curso:

As relações políticas entre o Brasil e as Colônias de Hespanha, são summamente importantes, a este momento, e de consequencias de grande extensaõ para o futuro. [...] O territorio do Brazil, he taõ vasto, qu toda a idea de o augmentar, he absurda; e a vantagem de ter os limites entre as duas naçoens claramente designados pelo Rio da Prata, naõ equivale aos riscos, e males, que se padeceraõ, tendo de obter essa vantagem com a força armada. [...] Esperamos portanto que o Governo do Brazil, com ulterior, e madura deliberação, conhecerá, que lhe he mais util o conservar a tranquillidade interna, do que empenhar-se em guerras externas, ou fazer conquistas desnecessarias.³⁹

Entretanto, via com salutar prudência a tomada de Cayena, um território francês incrustado em solo americano que representava sérios riscos à soberania e à segurança do Governo do Brasil. Em dezembro de 1810 apareceram informações no *Correio Braziliense* sobre o aumento das animosidades entre partidários europeus e americanos nas colônias espanholas. E Hipólito atribuiu esse fato à violência empregada pelo “Partido Europeu”, tanto no Rio da Prata quanto no México e em Caracas.

No mesmo artigo, o jornalista anunciou o fuzilamento de Liniers por ordem da Junta de Buenos Aires e diz que, imputando à notícias particulares “ultimamente

³⁷ *CB*, nº V, de 11/1810, p. 564.

³⁸ DOURADO. Op. cit., p. 24.

³⁹ *CB*, nº V, de 12/1810, p. 652-654. Como visto anteriormente, Hipólito passou a concordar com a invasão de Montevideu a partir de 1815.

recebidas”, Cartagena, Lima, todo o Peru e Chile estão estabelecendo seus governos independentes sem a menor referencia à Europa, e rejeitam a idéia de um governo interino.⁴⁰ No ano de 1811, Caracas , Santa fé e territórios próximos ao Peru formaram um congresso para a elaboração de uma Constituição, e Hipólito deu esta notícia ratificando a tendência de separação total:

A provincia de Caracas fez a sua uniaõ politica com Santa Fé, e esta com Popayan. Caracas abriu o seu novo congresso de deputados, ou representantes dos povos, para formarem uma constituiçaõ, e reformarem a sua legislaçaõ.⁴¹

Esta provincia [Caracas] continûa a formar a sua Constituiçaõ civil, em uniaõ com a Provincia de Santa Fé, e parte dos territorios proximos ao Peru; posto que nem o Mexico, nem ainda alguns pequenos territorios da mesma provincia, se lhe tenham querido unir.⁴²

E a notícia da ruptura de Caracas com a metrópole veio na decorrência do mês seguinte:

E nós, intimamente persuadidos, como sempre estivemos, de que a separaçãõ politica do continente da America, está tanto na natureza das cousas, como a sua separaçãõ phisica por mio desse vsto atlantico que a divide da Europa; naõ podemos deixar de exprimir quanto sentimos as medidas violentas, que se tem applicado a este respeito; visto que he a nossa opiniaõ, que a effusaõ de sangue que se observa nos territorios do Rio-da-Prata, longe de retardar accelera a separaçãõ; e no entanto priva a Hespanha dos recursos, que pudéra tirar daquelle paiz para manter a guerra da Peninsula. [...] O Documento que publicamos a p. 435 faz com que ajunctemos mais este nome á lista das naçoens independentes. [...] Como quer que seja; a sua independencia está declarada irrevogavelmente. [...] Vovemos agora os olhos a ésta nova naçaõ, que se chama a Confederaçaõ de Venezuela, nos parece que vemos ali os rudimentos de uma naçaõ poderosa; porque as provincias, que entram na Confederaçaõ, abrangem grande territorio, e de paiz fertil, e clima sadio; regado por muitos rios navegaveis, lagos, e portos de mar.⁴³

⁴⁰ CB, nº V, de 12/1810, p. 655-656.

⁴¹ CB, nº VII, de 08/1811, p. 242.

⁴² CB, nº VII, de 09/1811, p. 387.

⁴³ CB, nº VII, de 10/1811, p. 563 a 567.

Enquanto o período de 1808 a 1810 é marcado pelo aparecimento de Juntas de Governo metropolitanas e coloniais, os anos seguintes, até 1812, são identificados pela indisposição destas últimas com as forças espanholas de resistência. A declaração de independência da Venezuela foi efusivamente comemorada por Hipólito, que por contar com o General Miranda, um homem envelhecido na arte da guerra e experimentado em comandos de importância no tempo da revolução francesa, não teria partido oposto capaz de medir-lhe força.⁴⁴ Contudo, o sucesso só abençoava nesse momento aos naturais de Caracas.

Afirmado ser muito rara a obtenção de notícias autênticas, Hipólito da Costa só voltou a tecer observações sobre as colônias espanholas com certa regularidade a partir de 1817.⁴⁵ Contudo, o real motivo de seu silêncio pode ter sido a reversão da “inevitabilidade” das lutas que tanto defendia:

Temo-nos abtido, quanto tem sido possível, de relatar os factos da guerra civil na America Hespanhola; porém as atrocidade inuteis, que se continûam a practicar, esgotam a paciencia do homem mais moderado. O quebrantamento da capitulaçãõ de Caracas extinguiu toda a confiança, os Americanos Hespanhoes naõ acreditam promessa alguma, e matam, sem excepção nem pidedade, todos os Hespanhoes e seus adherentes, que apanham ás mãos. Assim as authoridades Hespanholas retorquem com igual furor.⁴⁶

Temo-nos ha muito tempo deixado de publicar as noticias sobre a guerra civil nas Colonias de Hespanha; pela falta de documentos officiaes daquelles paizes, aonde as hostilidades saõ levadas ao ponto de que nenhum dos partidos dá quartel ao outro, e as noticias confusas, que nos chegam, naõ mostram nenhum plano seguido de operaçoens, nem de uma parte nem da outra.⁴⁷

Até mesmo a condução das forças revolucionárias não lhe parecia correta. De qualquer forma, o *Correio Braziliense* só retomou o debate sobre a *Causa Americana* quando os insurgentes conseguiram fazer frente à Coroa de Fernando VII, com o objetivo único e amplamente divulgado de independência. E em 1822, com orgulho manifesto, considerou encerrada a luta emancipacionista dos americanos:

⁴⁴ *CB*, nº VII, de 11/1811, p. 671.

⁴⁵ *CB*, nº XV, de 01/1816, p. 95.

⁴⁶ *CB*, nº XIII, de 02/1815, p. 262.

⁴⁷ *CB*, nº XVI, de 08/1816, p. 249.

Em fim a causa Americana está decidida, e acabada nella a dominação Europea. Temos pois vivido, quanto basta, para morrermos satisfeitos, havendo testemunhado a liberdade geral daquella parte do Mundo, em que nascemos. Praza a Deus, que della se appoveitem para bem. Da nossa parte temos para isso feito há vinte annos, quanto de nossos humildes esforços dependia para esse fim. Os nossos votos acompanharão sempre aquelle paiz. Ja nos não restará pezar, se aqui acabarmos nossa carreira litteraria.⁴⁸

Passagem emblemática esta. Em suas últimas palavras sobre a *Causa*, Hipólito assumiu sua participação direta no movimento de independência da América Espanhola. E parece anunciar para breve o fim de seu periódico, o que de fato aconteceu no decorrer de cinco meses. Nele, entretanto, não deixou de comentar quanto à Guerra da Cisplatina, em seus primórdios. Suas preocupações recaíram principalmente no que tange a existência ou não de um imperialismo luso-brasileiro, tema amplamente discutido pela historiografia. Em tempos de novos espaços de sociabilidade e de construções e reconstruções de espaços públicos na América Ibérica, o *Correio Braziliense* revela-se importante no exercício genealógico de se buscar as origens oitocentistas deste conflito, curiosamente proscrito a um patamar secundários nos interesses dos historiadores brasileiros e também argentinos.

⁴⁸ *CB*, nº XXIX, de 07/1822, p. 217-218.